



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 20 de novembro de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,34% São Paulo	127.679 128.197	R\$ 5,767 (+ 0,34%)	12/novembro 5,771 13/novembro 5,789 14/novembro 5,788 19/novembro 5,767	R\$ 6,109	11,15%	11,42%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53

CONTAS PÚBLICAS

iFood, Felipe Neto e Gustavo Lima são alguns nomes que figuram na lista de beneficiários do programa, criado em 2021 para enfrentar a covid-19. Redes sociais reagiram com indignação

Milionários estão na lista do Perse

» FERNANDA STRICKLAND

Uma lista publicada pela Receita Federal contendo mais de 10 mil beneficiários do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) está provocando revolta nas redes sociais. Criado pelo Congresso Nacional em 2021, com o objetivo de oferecer um alívio econômico para empresas que foram diretamente afetadas pela pandemia da covid-19, o Perse sofreu vários reveses desde o ano passado, quando o ministro da Fazenda Fernando Haddad, propôs o fim do benefício.

A lista foi divulgada no dia 10 de novembro, mas ganhou repercussão nos últimos dias, por causa das manifestações nas redes sociais, o que forçou seus beneficiários a darem explicações públicas. O documento mostra que influenciadores digitais, artistas, clubes de futebol e grandes empresas foram contemplados pelo programa entre janeiro e agosto de 2024.

O Perse consiste na redução a 0% das alíquotas de vários tributos incidentes sobre as receitas e os resultados auferidos pelo desempenho das atividades relativas ao setor de eventos.

Segundo a Receita, somente neste ano, o Perse já concedeu R\$ 9,7 bilhões em incentivos fiscais. O programa, que conta com um teto de R\$ 15 bilhões por ano, beneficia empresas e profissionais por meio de medidas como redução de alíquotas de tributos e auxílio financeiro.

Os dados divulgados em formato aberto pela Receita contém uma lista com mais de 10 mil empresas foram beneficiadas, gerando indignação nas redes. Entre as que receberam os maiores recursos estão o iFood, contemplada com um total de R\$ 336 milhões, a Azul Linhas Aéreas, com R\$ 303 milhões e a Enotel Hotel e Resorts, que recebeu R\$ 171 milhões.

Ao **Correio**, o iFood explicou que, durante a pandemia, implementou diversas atividades para apoiar empresas do setor. "Foram destinados R\$ 254 milhões para um fundo de assistência a

Ascom/MF



O ministro Haddad tenta convencer o Parlamento a acabar com o Perse, por entender que empresas não mais necessitam do benefício

Campeões do Perse

Top 3

Empresas mais beneficiadas com o Perse	
iFood	R\$ 336 milhões
Azul Linhas Aéreas	R\$ 303 milhões
Enotel Hotel e Resorts	R\$ 171 milhões

Top 5

Influencers mais beneficiados com o Perse	
Gusttavo Lima	R\$ 18 milhões
Felipe Neto	R\$ 14 milhões
Ana Castela	R\$ 9 milhões
Virginia Fonseca	R\$ 4,5 milhões
Luisa Sonza	R\$ 560 mil

restaurantes parceiros, que viabilizou uma redução de 25% nos valores cobrados na taxa de comissão, garantindo maior lucro por pedido aos estabelecimentos", afirmou a empresa em nota. "A empresa também adiantou

repasses e zerou a taxa cobrada dos estabelecimentos quando o pedido era retirado diretamente pelo consumidor (R\$ 10,4 milhões em redução da taxa do serviço "para retirar" para os parceiros). Para os entregadores foram destinados mais de R\$ 164 milhões a Fundos de Proteção, além da distribuição de equipamentos e kits de máscara e álcool em gel, incremento das gorjetas (R\$ 6 milhões repassados para os entregadores) e custeio de seguros (R\$ 915 mil)", pontuou o iFood.

O top 100 inclui ainda companhias de famosos e influenciadores, como Gustavo Lima (R\$ 18 milhões), Felipe Neto (R\$ 14 milhões), Ana Castela (R\$ 9 milhões), Virginia Fonseca (R\$ 4,5 milhões) e Luisa Sonza (R\$ 560 mil). Após repercussão, a Play9, empresa do Felipe Neto disse, em nota, que a adesão ao programa seguiu todos os critérios previstos em lei.

A empresa ressaltou ainda que "deslegitimar o uso do benefício soa como má fé". "Qualquer tentativa de deslegitimar o uso do benefício soa como um ato de má-fé, especialmente ao tentar associá-lo a questões ideológicas e políticas,

ignorando, inclusive, que a Lei Perse foi criada no governo anterior e é utilizada por milhares de empresas afetadas economicamente pela pandemia da covid-19", afirmou em nota.

A polêmica surge no momento em que o governo vem sendo pressionado a cortar gastos. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou a manutenção da desoneração da folha de pagamento a empresas de 17 setores e o Perse têm influência na situação fiscal do país. Ele citou os dados divulgados pela Receita Federal que mostram a renúncia de R\$ 97,7 bilhões em benefícios fiscais entre janeiro e agosto deste ano e disse que o Fisco "tinha razão" sobre o impacto das medidas nas contas públicas.

"Hoje, nós demos a público pela primeira vez na história os incentivos fiscais dados a cada empresa individualmente e aos setores de uma forma agregada. Vocês vão ver que aquela medida do ano passado foi muito questionada sobre desoneração da folha e sobre a questão do Perse, como a Receita Federal tinha razão", argumentou o ministro na ocasião.

ORÇAMENTO

Câmara fecha votação do PL das emendas

» VINICIUS DORIA

A Câmara dos Deputados finalizou, ontem, a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta as emendas parlamentares ao Orçamento da União. O projeto vai, agora, para sanção presidencial. A discussão foi rápida, com votação maciça em favor do relatório do líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), que derrubou as alterações feitas no Senado, resgatando o texto original que havia sido aprovado no início do mês por amplo acordo partidário.

A aprovação de novas regras foi uma exigência do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Parlamento adequasse o instituto das emendas às normas constitucionais de transparência e rastreabilidade. Após a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que ainda pode vetar alguns dispositivos da nova lei —, o PLP passará pelo crivo do próprio Supremo, que irá avaliar se o texto assegura a identificação dos autores das emendas e da utilização dos respectivos recursos. Esse dinheiro está retido

desde agosto, por decisão do ministro do STF Flávio Dino. Se a Corte avaliar que o texto atende à exigência constitucional de transparência, se permite a identificação dos autores e se possibilita o rastreamento dos recursos desde a sua liberação até a execução das obras ou serviços, as verbas poderão ser liberadas ainda neste ano.

Entre as alterações feitas por Elmar Nascimento ao texto aprovado no Senado está a rejeição do aumento do número de emendas de bancada (por estado) de oito para 10. Para que as emendas não firam metas fiscais ou limites de despesas previstos no marco fiscal, o texto aprovado determina que os recursos mobilizados pelos parlamentares como despesas primárias obedecerão aos critérios da receita líquida da União (exceto para emendas de correção de erros ou omissões). No caso das emendas de comissão, o valor foi mantido em R\$ 11,5 bilhões.

Atualmente, 3% da receita corrente líquida da União registrada no exercício anterior são direcionados às emendas parlamentares do ano seguinte, sendo

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Deputados aprovaram parte das modificações feitas no Senado

2% para emendas individuais e 1% para bancada). A partir de 2026, o limite seguirá a regra do arcabouço fiscal, com correção do valor do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais aumento real equivalente a 70% ou 50% do crescimento real da receita primária de dois anos antes, conforme o cumprimento ou não de metas fiscais.

A Câmara também restabeleceu a obrigatoriedade de aplicação, na área da saúde, de 50% de todos os recursos destinados a emendas, sejam elas individuais (Pix) ou coletivas (de comissão e de bancadas).

O governo só não conseguiu, por

impedimento regimental, incluir no texto a possibilidade de bloqueio de recursos das emendas parlamentares na execução do Orçamento quando houver risco de descumprimento das metas fiscais. O projeto admite apenas o contingenciamento, que é uma suspensão temporária da liberação das verbas no caso de frustração de receitas. Lideranças da base governista trabalham, porém, na elaboração de um novo projeto de lei para permitir que a equipe econômica possa promover o bloqueio de verbas de emendas na mesma proporção das demais despesas discricionárias do governo.

CONGRESSO

Nova frente parlamentar em prol das ONGs

» ROSANA HESSEL

Após conseguir 206 assinaturas, a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil (FPOSC) será lançada, no próximo dia 26, na Câmara dos Deputados. A iniciativa tem como objetivo buscar soluções aos desafios sistêmicos enfrentados pelo terceiro setor. A nova Frente pretende receber sugestões e reivindicações do segmento, permitindo sua influência nas decisões legislativas.

O terceiro setor, que engloba as fundações privadas e associações sem fins lucrativos, é responsável por 5,8% das ocupações do país, um pouco menor que o agronegócio, que responde por 6,94% dos postos de trabalho (formais e informais, desde que remunerados).

De acordo com dados do Mapa das OSC, existem no Brasil mais de 870 mil organizações, sendo 80% delas micro ou pequenas espalhadas em milhares de municípios. Estima-se que haja outros 200 mil coletivos ou movimentos sociais constituídos, mas sem registros civis ou tributários. As atividades dessas entidades respondem por 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, superando o indicador do setor de fabricação de automóveis, ônibus e caminhões no país, cuja contribuição ao PIB é de 1,73%.

As pautas prioritárias da Frente incluem a defesa de um sistema tributário mais justo para as OSCs, maior autonomia para sua atuação, processos mais transparentes, perenes e previsíveis nas emendas parlamentares, além da criação de um fundo público específico para o setor. Após o lançamento, os parlamentares deverão estabelecer uma estrutura administrativa para a Frente, incluindo a criação de uma secretaria-executiva e um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazos.

"Ao não levar em conta a existência e as especificidades do segmento, os tratamentos às OSCs em relação a temas de defesa de direitos, trabalhistas, tributários, previdenciários e administrativos são quase sempre inadequados e essencialmente injustos", justificou o deputado Reimont no requerimento para a criação da Frente Parlamentar em Defesa das OSC. A proposta de uma fonte de recursos permanente para as organizações é antiga e visa garantir que as OSCs, especialmente as menores e de base comunitária, possam contar com financiamentos sustentáveis para a continuidade de suas ações, semelhante ao que ocorre com outros fundos, como o da Lei Rouanet e o Fundo da Criança e do Adolescente.

O cronograma de trabalho da Frente organizará a agenda para as pautas prioritárias e os grupos de trabalho que conduzirão as ações do grupo. O novo grupo parlamentar conta com o apoio de organizações como a Associação Brasileira dos Captadores de Recursos (ABCR), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), a Aliança pelo Fortalecimento da Sociedade Civil, o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco), a Elo Ligação e Organização, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e a Plataforma MROSC.

Franklin Félix, gerente-executivo da Abong, destacou que, embora o amplo campo das organizações da sociedade civil tenha avançado em aspectos legislativos e de diálogo, elas frequentemente vêm sendo invisibilizadas em discussões de grande impacto, como é o caso da reforma tributária. "Além de representar os interesses das organizações, a Frente poderá atuar na proteção contra ataques e hostilidades e garantir o reconhecimento de sua relevância para a saúde social do país", defendeu ele, em nota da entidade.